



Eleições Gerais em Moçambique

Decorreram a 28 de Outubro eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais em Moçambique. Estas foram as quartas eleições gerais em Moçambique, mas desta vez os cerca de 10 milhões de moçambicanos registados votaram não só para um novo Presidente e para o Parlamento Nacional como também, pela primeira vez, para as 11 assembleias provinciais. [Pag 2/5](#)

Investimento Angolano no Estrangeiro

O investimento angolano além fronteiras registou um incremento considerável em 2008, devido ao aumento das receitas petrolíferas do país. O investimento directo de Angola no estrangeiro (IDE) reflectiu o aumento sem precedentes da entrada de receitas provenientes do petróleo. [Pag 6](#)

Índice de Corrupção Mundial

A organização Transparency International (TI) divulgou a sua lista anual dos países menos corruptos.

A crise financeira que há mais de um ano atingiu os mercados mundiais foi em parte causada pelos subornos e corrupção, garante o Relatório da organização Transparency International. O Relatório admite que o sector privado fez um esforço para combater a corrupção, mas que muito mais deve ser feito. O documento anual, intitulado Global Corruption Report, estabelece ainda uma lista dos países menos corruptos, liderada pela Dinamarca, que já em 2008 fora considerada como o país mais transparente do mundo. Quem também repete a posição é a Somália, que continua no último lugar. Já Portugal desceu do 29.º lugar em 2008 para 32.º. [Pag 7](#)

Evolução das Economias dos PALOP

O Banco de Portugal (BP) apresentou, à semelhança de anos anteriores, uma análise à evolução das economias dos PALOP, cujo objectivo é o de promover um melhor conhecimento da realidade actual dos Países de Língua Oficial Portuguesa. [Pag 8/9](#)

Genocídio no Ruanda

O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), responsável pelo julgamento dos massacres no Ruanda que provocaram o genocídio de 1994, já tem sob sua tutela Ildéphonse Nizeyimana, um radical hutu envolvido nos acontecimentos que estiveram na origem de 800 mil a um milhão de mortos em cem dias entre hutus e tutsis moderados e cerca de dois milhões de refugiados. Nizeyimana é acusado de genocídio, de cumplicidade em genocídio, de incitação directa e indirecta ao genocídio e de crimes contra a Humanidade. Se for condenado, a sua pena será a prisão perpétua. [Pag 9](#)

Português Língua de Trabalho da UNESCO

Os países lusófonos apresentaram em Outubro, em Paris, uma proposta para que o português passe a ser língua de trabalho da UNESCO, a organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas. A proposta foi apresentada, numa acção concertada, pelas sete delegações lusófonas à Conferência Geral da UNESCO. [Pag 10](#)

Congo quer Alugar um Terço do País

O Governo do Congo Brazzaville ofereceu 10 milhões de hectares das suas terras cultiváveis, ou seja um terço do país, a investidores internacionais. O Congo e uma associação da África do Sul, a Agri SA, chegaram a um acordo sobre parte deste lote. A Agri SA representa mais de 70 mil agricultores e empresas sul-africanas. Pelo acordo, os agricultores sul-africanos terão acesso às terras cultiváveis congolenses por períodos que podem ir até 90 anos. Em troca, o governo congolês espera obter cruciais entradas de capital para atrair investimentos em infra-estrutura. Os lotes em oferta ficam em vários regiões do país. [Pag 10/11](#)

Eleições Marcadas São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, o Governo, Assembleia Nacional e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) chegaram a acordo quanto à data das eleições legislativas, as quais ficaram marcadas para o dia 4 de Abril de 2010. O governo diz que já tem meios financeiros e outras condições materiais necessárias para a realização do escrutínio, tendo comunicado já esse facto à Assembleia Nacional e à CNE. [Pag 11](#)

XIII Feira Internacional de Cabo Verde

Realizou-se entre os dias 19 e 22 de Novembro de 2009 a XIII Feira Internacional de Cabo Verde (FIC). A FIC é uma feira multi-sectorial anual que constitui o maior evento comercial com dimensão internacional em Cabo Verde. Ao realizar este tipo de eventos, o objectivo do governo cabo-verdiano é o de transformar o país num centro de negócios do Atlântico Médio. [Pag 11](#)

Relatório da ONUSIDA 2009

Um novo relatório da ONUSIDA sugere que o número de novas infecções por HIV diminuiu cerca de 17% nos últimos oito anos. Apesar desta diminuição, a região da África subsahariana continua a ser a região mais afectada por esta doença, representando 67% do total de pessoas que vivem com esta doença e 72% das mortes relacionadas com o HIV em 2008 registaram-se nesta área do mundo. [Pag 12](#)

Angola vai Organizar Conferência Regional da FAO

Após a Cimeira Mundial da FAO sobre a Segurança Alimentar, que se realizou em Novembro de 2009 em Roma, o Primeiro-Ministro angolano, Paulo Kassoma, anunciou que Angola vai organizar a próxima conferência regional africana da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) a ter lugar em Maio de 2010. [Pag 12](#)



Eleições Gerais em Moçambique

■ Luís Castelo Branco

Decorreram a 28 de Outubro eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais em Moçambique. Estas foram as quartas eleições gerais em Moçambique, mas desta vez os cerca de 10 milhões de moçambicanos registados votaram não só para um novo Presidente e para o Parlamento Nacional como também, pela primeira vez, para as 11 assembleias provinciais.

O tradicional cenário bipolarizado entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no poder, e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o maior partido da oposição, foi desta vez posto em causa por uma nova força política, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), liderado por Daviz Simango, Presidente da Câmara da Beira, a segunda maior cidade do país.

O MDM teve a sua origem naquilo que os seus apoiantes chamaram a revolução de 28 de Agosto de 2008. Nesse dia, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, declarou publicamente que não apoiava Daviz Simango na corrida para mais um mandato na Presidência da Câmara da Beira. A 7 de Março de 2009, o Movimento de apoio à reeleição de Simango à frente da Câmara Municipal da Beira transformou-se em partido político.

Concorreram 19 partidos e coligações aos 250 lugares da Assembleia da República. Para a Presidência houve apenas três candidatos: Armando Guebuza, que concorreu a um segundo mandato, Afonso Dhlakama, candidato pela quarta vez, e Daviz Simango que concorreu pela primeira vez.

O período pré-eleitoral foi marcado pela decisão da Comissão Nacional de Eleições de rejeitar várias candidaturas a todas as três eleições. A justificação foi a falta de documentos que suportassem essas candidaturas. Particularmente polémica foi a decisão de eliminar as candidaturas do MDM a 7 das 11 províncias moçambicanas. Esta decisão provocou o mal-estar junto da Comunidade doadora, nomeadamente junto do Reino Unido, Alemanha e Países Nórdicos.

A FRELIMO e o seu candidato presidencial, Armando Guebuza, foram os grandes vencedores com uma votação esmagadora. Apesar da vitória não estar posta em causa, a verdade é que o período pós-eleitoral foi manchado por acusações de irregularidades durante a contagem.

A RENAMO e o seu líder, Afonso Dhlakama acusaram o governo moçambicano de ter promovido fraudes maciças, recusando-se aceitar os resultados eleitorais. Para além desta recusa, a RENAMO ameaçou lançar o país de novo no ciclo da violência. Esta ameaça da RENAMO levou a que as autoridades de Maputo mobilizassem as forças de

segurança para as áreas fortes da RENAMO, nomeadamente nas províncias de Nampula e Sofala.

O MDM de Daviz Simango esteve reunido poucos dias depois nas eleições na cidade da Beira. Entre outros pontos, foi feita uma avaliação do processo eleitoral, prestação de contas dos fundos da Comissão Nacional de Eleições (CNE), definição de uma estratégia pós-eleitoral, desenhar cenários possíveis para a criação de uma bancada parlamentar (segundo a lei moçambicana são precisos 9 deputados, mas o MDM só elegeu 8) e projectar a convocação do Congresso do partido. Todavia, o prato forte do evento foi a apresentação de provas das diversas irregularidades constatadas no processo de votação, em várias zonas do país.

Os problemas registados durante a contagem, fizeram com que muitos doadores internacionais tenham demonstrado o seu descontentamento. Esta situação levou a que alguns países, como o Reino Unido, a Irlanda, EUA e Países Nórdicos, tenham manifestado o seu desagrado às autoridades de Maputo. Este mal-estar já se fazia sentir durante a fase da campanha eleitoral, período no qual foi conhecida a decisão da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de rejeitar as candidaturas da MDM em várias provinciais moçambicanas.

Alguns doadores estão preocupados com o domínio absoluto da FRELIMO, e criticaram as dificuldades colocadas no caminho do MDM que eram totalmente desnecessárias, quando a FRELIMO estava a caminho de uma tão grande vitória. Receiam que haja o perigo de um estado monopartidário e acham que a Comunidade Internacional tem a responsabilidade de encorajar o equilíbrio de poderes no país, favorecendo a criação de um maior espaço para o aparecimento de novos participantes na vida política do país.

Os grupos de observação mais políticos, como a CPLP, elogiaram Moçambique, pondo a ênfase na impressionante organização e conduta do dia da votação. Em contraste, as equipas de observadores mais profissionais e experientes – União Europeia, EISA, e Commonwealth – elogiaram o dia da votação, mas foram mais críticos sobre os períodos pré-eleitoral e pós-eleitoral.

Porém, dentro do G-19, conjunto dos maiores doadores bilaterais e multilaterais a Moçambique, a posição a tomar face a Moçambique não é unânime. Os países do sul, Espanha, Portugal e Itália, pretendem uma posição mais conciliadora, enquanto que os Países Nórdicos e o Reino Unido defendem uma posição mais dura que poderá passar pela redução da ajuda prestada, caso não haja uma reforma séria do sistema eleitoral moçambicano.



Os resultados finais apresentados pela Comissão Nacional de Eleições demonstraram a vitória esmagadora da FRELIMO e do seu candidato presidencial. Em relação às eleições presidenciais a afluência cifrou-se nos 44% dos eleitores, o que correspondeu a 4.406.093 votos repartidos da seguinte maneira:

Armando Guebuza	Afonso Dhlakama	Daviz Simango	Votos Nulos	Votos Brancos
2.974.627 Votos 75,01%	650.679 Votos 16,41%	340.579 Votos 8,59%	175.553 Votos 3,98%	264.655 Votos 6,01%

Fonte. Comissão Nacional de Eleições de Moçambique

Em relação às eleições legislativas e provinciais, os resultados foram os seguintes.

Província	Assembleia da República				Assembleias Provinciais				
	Mandatos	Frelimo	Renamo	MDM	Mandatos	Frelimo	Renamo	MDM	PDD
Niassa	14	12	2		70	66	2	2	
Cabo Delgado	22	19	3		81	73	8		
Nampula	45	32	13		91	78	11	2	
Zambézia	45	26	19		90	57	31	2	
Tete	20	18	2		80	75	5		
Manica	16	12	4		80	61	19		
Sofala	20	10	5	5	80	59	1	20	
Inhambane	16	15	1		80	80			
Gaza	16	16	--		75	75			
Maputo Província	16	15	1	3	80	75	5		
Maputo Cidade	18	14	1						
África	1	1							
Europa	1	1							
Total	250	191	51	8					

Fonte: Comissão Nacional de Eleições



A fase de análise dos votos contestados foi bastante prolongado com a CNE a reconsiderar 372.633 votos nulos (199.260 presidenciais, 158.396 da Assembleia da República, e 14.977 das assembleias provinciais), num processo que atribui cerca de dois terços destes votos à RENAMO, o que permitiu a este partido obter mais dois deputados.

Analisando os resultados do processo eleitoral moçambicano conclui-se que o grande vendedor foi Armando Guebuza. Depois de ter assumido a chefia da FRELIMO, em substituição de Joaquim Chissano, conseguiu mobilizar o partido para a vitória eleitoral em 2004. Ao longo do seu primeiro mandato cimentou o seu controlo sobre o partido, ao mesmo tempo que a reconstrução nacional começou a mostrar resultados.

Com esta vitória expressiva, Guebuza passa a gozar de um poder quase absoluto, que lhe dá inclusivamente força para poder alterar a Constituição e candidatar-se a um terceiro mandato. Embora tenha essa possibilidade, que não estaria livre de críticas internas e internacionais, Guebuza poderá utilizar o poder agora conquistado para escolher o seu sucessor. No leque dos potenciais sucessores está o Ministro do Planeamento, Auiba Cureneia, e o Ministro da Educação e Cultura, Aires Aly.

A vitória esmagadora da FRELIMO e de Guebuza também não está isenta de perigos. Desde logo, aos olhos da Comunidade Internacional, e

face aos problemas registados durante a contagem, esta vitória foi considerada pouco democrática. Vários países, nomeadamente os EUA, Reino Unido e Países Nórdicos, manifestaram a sua preocupação em relação ao sistema democrático moçambicano. Este descontentamento poderá ter repercussões nos valores da ajuda a conceder no futuro próximo a Moçambique.

Por outro lado, a fragilidade da oposição poderá fazer com que deixe de existir um verdadeiro contrapoder à FRELIMO. A RENAMO, cuja imagem está muito associada ao seu líder, parece ter entrado numa curva descendente da qual muito dificilmente poderá vir a recuperar. A RENAMO desceu de 31,7 % de votos obtidos em 2004 para 16,51 % nas eleições de 28 de Outubro, e Afonso Dhlakama conseguiu ainda menos votos do que o seu próprio partido (menos 18 mil votos).

O MDM e Daviz Simango, embora tenham dados boas indicações durante o processo eleitoral, têm a dura tarefa de ter que enfrentar quatro anos de oposição baseados em apenas 8 deputados e com uma implementação nacional muito desigual.

Analisando estes resultados das eleições desde 1994, pode-se constatar o poder crescente quer da FRELIMO quer do seu candidato presidencial. Posição inversa teve a RENAMO e o seu candidato Afonso Dhlakama que, de um máximo de 48% alcançado em 2004, caiu agora para 16% dos votos.

Número de Deputados Eleitos				
Partidos	1994	1999	2004	2009
FRELIMO	129	133	160	191
RENAMO	112	117	90	51
MDM	-	-	-	8
Outros	9	-	-	-

Fonte: Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique, nº43, 19/11/2009



Voto das Eleições Presidenciais				
Candidatos	1994	1999	2004	2009
Joaquim Chissano	53%	52%	-	-
Armando Guebuza	-	-	64%	75%
Afonso Dhlakama	34%	48%	32%	16%
Raul Domingos	-	-	3%	-
Daviz Simango	-	-	-	9%
Outros	13%	-	2%	-

Fonte: Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique, nº43, 19/11/2009

À semelhança do que sucedeu em actos eleitorais anteriores, a RENAMO submeteu um recurso na Comissão Nacional de Eleições (CNE), mas dirigido ao Conselho Constitucional (CC), onde requereu a anulação dos resultados eleitorais e, conseqüentemente, das eleições de 28 de Outubro. A RENAMO alegou que os resultados das eleições foram

viciados a favor da FRELIMO e do seu candidato, Armando Guebuza. Paralelamente, a Comissão Política Nacional da RENAMO decidiu, por consenso, não reconhecer os resultados das eleições de dia 28 de Outubro.





Investimento Angolano no Estrangeiro

O investimento angolano além fronteiras registou um incremento considerável em 2008, devido ao aumento das receitas petrolíferas do país. O investimento directo de Angola no estrangeiro (IDE) reflectiu o aumento sem precedentes da entrada de receitas provenientes do petróleo.

Segundo os dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 2008, o IDE angolano aumentou 181,6%, ascendendo a 1.733,93 milhões de euros, contra os 615,640 milhões registados em 2007. De acordo com a mesma fonte, o IDE que deu entrada em Angola, em 2008, situou-se nos 10.500 milhões de euros, um crescimento de 57,9% relativamente ao ano anterior.

Segundo dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), até 2004, Angola assumia um papel de relevo enquanto destino do investimento estrangeiro, mas a partir de 2005 o sentido dos fluxos inverteu-se completamente, assistindo-se actualmente a um movimento de reforço dos investimentos angolanos no exterior.

Estes investimentos dos agentes económicos angolanos, onde se destaca a petrolífera SONANGOL, têm sido direccionados, em grande parte, para Portugal, quer na compra de participações no sector bancário (Millennium BCP) quer no sector energético (GALP Energia, através da participação na Amorim Energia).

Ao nível das trocas comerciais, refira-se que Portugal recuperou em 2007 o lugar de principal fornecedor de Angola, posição que tinha perdido nos últimos três anos para os Estados Unidos (2006) e Coreia do Sul (2004 e 2005), neste caso devido ao fornecimento de plataformas petrolíferas.

De acordo com a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Portugal é actualmente o principal país exportador para Angola, com uma quota de 20%, seguido da África do Sul (13%), Estados Unidos (13%), França (7%) e Brasil (6%).

Segundo dados fornecidos pela ANIP, Angola importa cerca de 3.379 milhões de euros em bens e serviços por ano, sendo as principais

importações de maquinaria e equipamento eléctrico, veículos e sobressalentes, medicamentos, produtos alimentares e têxteis.

Quanto às exportações, Angola exporta cerca de 9.805 milhões de euros por ano, constituindo as principais exportações o petróleo e derivados, diamantes, gás e café, além do algodão. Os Estados Unidos são o principal país de destino dos produtos angolanos com uma quota de 44,2%, seguindo-se a China (18,7%), França (9%), Bélgica (8,8%) e a Espanha (2,1%).

Em 2009 e em 2010, o crescimento económico de Angola vai continuar a ser dominado pelo sector petrolífero. Porém a produção petrolífera sofrerá uma diminuição em 2010, passando de uma média estimada de 1,91 milhões de barris por dia em 2008 para 1,79 milhões em 2009, como resultado dos cortes decididos pelo cartel do petróleo (OPEP).

Esta diminuição na produção petrolífera implicará cortes no investimento público e uma queda do consumo privado, o que levará a uma contracção do PIB real de 1,9% em 2009.



Índice de Corrupção Mundial

A organização Transparency International (TI) divulgou a sua lista anual dos países menos corruptos.

A crise financeira que há mais de um ano atingiu os mercados mundiais foi em parte causada pelos subornos e corrupção, garante o Relatório da organização Transparency International. O Relatório admite que o sector privado fez um esforço para combater a corrupção, mas que muito mais deve ser feito. O documento anual, intitulado Global Corruption Report, estabelece ainda uma lista dos países menos corruptos, liderada pela Dinamarca, que já em 2008 fora considerada como o país mais transparente do mundo. Quem também repete a posição é a Somália, que continua no último lugar. Já Portugal desceu do 29.º lugar em 2008 para 32.º.

Num relatório de 500 páginas, a Transparency International analisou o comportamento de 180 países em todo o mundo. A Dinamarca, com 17 queixas por corrupção lidera o índice dos menos corruptos, com 9,3 pontos numa escala de 1 a 10. Os principais problemas naquele país estão ainda relacionados com o programa da ONU petróleo por alimentos, que visava dar ao regime de Saddam Hussein bens essenciais em troca de combustível, depois da primeira guerra do Golfo. A Dinamarca é seguida de perto pela Nova Zelândia e Suécia.

No fim da tabela, a Somália tem o pior registo em termos de transparência. Sem governo efectivo desde 1991, quando o presidente Siad Barre foi derrubado, a Somália vive hoje em clima de guerra entre os rebeldes islamitas, que juraram lealdade à Al-Qaeda, e o exército do governo provisório. Os confrontos constantes e a incapacidade para lidar com a fome e as doenças levaram à morte de cerca de um milhão de pessoas nas últimas duas décadas.

Com registos semelhantes aos da Somália, encontram-se ainda Myanmar (antiga Birmânia, há quatro décadas sob a liderança de uma junta militar que eliminou toda a oposição e mantém a principal opositora, Aung San Suu Kyi, em prisão domiciliária de forma quase contínua desde a sua vitória das eleições de 1991.

O Iraque, onde a presença das tropas estrangeiras depois da invasão de 2003 não consegue evitar a violência, também continua no fundo da tabela, com uma nota de 1,3 num máximo de dez.

Dado como exemplo de transição democrática e pacífica, Cabo Verde é a mais bem classificada das ex-colónias portuguesas na lista dos menos corruptos da Transparency International. O arquipélago surge em 47.º lugar e um resultado de 5,1 pontos em dez, logo depois da República Checa e antes da Costa Rica. Confrontada com problemas como o tráfico de droga e palco de golpes de Estado sucessivos nos últimos anos, a Guiné-Bissau é a pior dos PALOP, situando-se no 163.º lugar, com 1,9 pontos, logo antes da Serra Leoa. Brasil é 80.º, São Tomé e Príncipe 123.º, Moçambique 132.º, Timor-Leste 146.º e Angola surge no 158.º lugar da lista¹.

O bom desempenho de Cabo Verde também foi reconhecido por outros relatórios internacionais. Segundo os relatórios do Millennium Challenge Corporation (MCC)², dos EUA, e da Fundação Mo Ibrahim, Cabo Verde lidera os países africanos de expressão portuguesa nos rankings de desenvolvimento e de combate à corrupção.

Em relação à Fundação Mo Ibrahim³, no conjunto dos 53 Estados de África, Cabo Verde ocupa a segunda posição, com 78,01 pontos (numa escala de 0 a 100), apenas atrás das Maurícias (82,83 pontos), e seguido pelas Seychelles (terceira, 77,13), com quem trocou de posição em relação ao relatório de 2008, Botsuana (quarta, 73,59) e África do Sul (quinta, 69,44).

São Tomé e Príncipe ocupa a 10ª posição, com 60,23 pontos, seguindo-se, no âmbito dos PALOP, Moçambique (26º posto, com 52,38 pontos), Guiné-Bissau (40º - 43.50) e Angola (42 - 41,02).

Em análise pela Fundação assenta quatro critérios: Segurança e Estado de Direito, Cidadania e Direitos Humanos; Oportunidades Económicas Sustentáveis e Desenvolvimento Humano.

Entre as quatro categorias de avaliação do Índice Mo Ibrahim 2009, a Segurança e Estado de Direito são aquelas em que Cabo Verde regista a maior pontuação, 89,94, ocupando o primeiro lugar no continente africano, com São Tomé e Príncipe na 10ª posição, Moçambique na 18ª, Guiné-Bissau na 40ª e Angola na 47ª.

Cabo Verde desce para segundo no item dos Direitos Humanos e Cidadania, atrás das Maurícias, com São Tomé e Príncipe 12º lugar, seguido por Moçambique, 18º, Guiné-Bissau, 40º, e Angola, 47º.

Apesar de continuar a liderar nos PALOP, Cabo Verde desce para a quarta posição na categoria de Oportunidades Económicas Sustentáveis, atrás das Maurícias, Tunísia e Botsuana, à frente de Moçambique, no 30º posto, São Tomé e Príncipe, 33º, Angola, 40º, e Guiné-Bissau, 45º.

Cabo Verde ocupa, por fim, o quinto lugar no continente africano no que diz respeito ao Desenvolvimento Humano, atrás das Seychelles, Tunísia, Líbia e Maurícias, enquanto São Tomé e Príncipe ocupa o 12º posto, a Guiné-Bissau o 33º, Angola o 44º e Moçambique o 49, tendo apenas atrás de si Sudão, Zimbabué, Chade e Somália.

No relatório do MCC dos EUA, organização que coordena a cooperação e os investimentos norte-americanos em todo o mundo, o relatório sobre corrupção em cerca de uma centena de países de todo o mundo, Cabo Verde destaca-se como um país 100% livre de corrupção entre os Estados de rendimento médio avaliados.

² <http://www.mcc.gov/mcc/pandaa/activities/fightcorruption/index.shtml>

³ Mo Ibrahim Foundation
<http://www.transparency.org/content/download/46283/741138>

¹ <http://www.transparency.org/content/download/46283/741138>



Evolução das Economias dos PALOP

O Banco de Portugal (BP) apresentou, à semelhança de anos anteriores, uma análise à evolução das economias dos PALOP⁴, cujo objectivo é o de promover um melhor conhecimento da realidade actual destes países.

Em relação a Angola, o estudo do BP refere que a economia deste país cresceu em 2008 cerca de 15%, número que embora elevado, registou uma quebra face aos anos anteriores quando o crescimento se situou nos 20%. Este decréscimo ficou a dever-se à crise internacional e à menor exportação de petróleo angolano. Os restantes sectores da economia de Angola mantiveram um ritmo de crescimento elevado, embora menor que nos anos anteriores.

No caso de Moçambique, a crise internacional teve poucos efeitos práticos, sentindo-se apenas no sector das exportações. As taxas de crescimento mantiveram-se positivas em 2008, 6,8%, embora menores que nos anos anteriores. A decisão do governo subsidiar os combustíveis e assim evitar a sua subida, foi uma medida com claros efeitos positivos do ponto de vista social, embora o seu custo financeiro possa vir a ter efeitos negativos no futuro próximo. Esta situação, claramente transitória, será revista pelo novo governo moçambicano saído das eleições de 28 de Outubro de 2009.

A limitada exposição de Cabo Verde aos factores da crise internacional salvaguardou a economia do país dos efeitos da mesma ao longo de 2008. Apesar de algum abrandamento registado no crescimento da economia, fruto da diminuição das receitas do turismo e do investimento directo estrangeiro, Cabo Verde conseguiu resistir relativamente bem a este período. Este crescimento poderá agora ser afectado, nomeadamente devido à diminuição das receitas do turismo devido à epidemia de dengue que afectou o arquipélago desde Outubro de 2009.

A estabilização da situação político-militar na Guiné-Bissau, com a realização das eleições legislativas em Novembro de 2008, permitiu algum acalmia no país e o início de uma política de recuperação da economia que contou com o apoio internacional. Porém, o assassinato do presidente Nino Viera, em Março de 2009, fez regredir os trabalhos desenvolvidos. O país parece ter alcançado alguma estabilidade institucional com a eleição de Malan Bacai Sanhá para a Presidência do país e os apoios internacionais que começam a chegar.

A economia de São Tomé e Príncipe evoluiu positivamente ao longo de 2008, tendo sido pouco visíveis os efeitos da crise internacional. Porém, as dificuldades acrescidas de acesso ao crédito nos mercados internacionais e, por outro lado, a depreciação das matérias-primas, são duas situações que poderão afectar fortemente o crescimento da economia santomense no futuro próximo. Os potenciais investidores estrangeiros enfrentam problemas estruturais do país, nomeadamente a falta de energia, que, em muitos casos, os fazem desistir dos seus investimentos.

No que diz respeito à dívida externa destes países a Portugal, a mesma situava-se, a 31 de Dezembro de 2008, o valor de 1.967 milhões de USD, valor que representa um aumento de 191 milhões de USD (10.7%) relativamente a 2007.

Dívida Oficial dos PALOP a Portugal		
	Milhões de USD	% do total
Angola	1,260	64.1
Moçambique	393	20
Cabo Verde	153	7.8
Guiné-Bissau	125	6.4
São Tomé e Príncipe	35	1.8

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARI

A dívida oficial de Angola a Portugal aumentou 187 milhões de USD em 2008 devido, tal como aconteceu em anos anteriores, ao crescimento dos empréstimos de médio e longo prazo garantidos pelo Estado.

A dívida de Moçambique a Portugal fixou-se em 393 milhões de USD em 2008 como resultado da consolidação efectuada no âmbito do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em Julho de 2008.

A dívida oficial de Cabo Verde a Portugal manteve a trajectória de lenta ascensão verificada desde 1998.

Em relação à Guiné-Bissau, o fortalecimento do euro face ao dólar continuou a ser o principal responsável pela diminuição da dívida deste país a Portugal.

Após assinatura do Acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida de São Tomé e Príncipe a Portugal, em Julho de 2008, relacionada com o êxito na obtenção por este país do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (dos países pobres altamente endividados), a dívida directa vincenda atingiu os 35 milhões de USD, passando a incluir os montantes anteriormente em atraso, que atingiam, em 2007, 12 milhões de USD.

Relativamente às exportações de Portugal para os PALOP, estas continuaram a subir em 2008, na ordem dos 30%, embora mantenham ainda um peso relativo bastante reduzido no total do comércio externo português.

Em 2008, as exportações para este grupo de países representaram apenas 0,7 % das exportações totais portuguesas, enquanto as importações, que também estiveram em alta, corresponderam a 0,76 % do valor global.

⁴ Evolução das Economias dos PALOP e Timor-Leste 2008/2009.
<http://www.bportugal.pt/publish/palop/todo-2009.pdf>



Genocídio no Ruanda

O total das exportações no ano passado foi de 2.701 milhões de euros, sendo Angola o maior mercado (84 % do total) e também o que registou melhor evolução em relação ao período homólogo (mais 34,8 %).

Todos os seis países registaram um aumento das exportações portuguesas, destacando-se ainda Cabo Verde (mais 31 milhões de euros, para 259,1 milhões de euros), o mesmo se registando nas importações portuguesas, que apenas no caso de São Tomé e Príncipe se mantiveram estáveis (300 mil euros).

Angola foi a principal origem das importações, representando 90 % do total das compras portuguesas a estes seis países.

As importações subiram mais modestamente, 12,1 %, para 452,2 milhões de euros, pelo que a balança comercial melhorou em 34,9 % o seu saldo positivo, para 2.244 milhões de euros.

Portugal exporta para estes países sobretudo máquinas e aparelhos, bens alimentares e metais comuns, e importa essencialmente combustíveis minerais (petróleo).

Influenciado pelas remessas de imigrantes africanos e timorenses em Portugal, a balança das transferências correntes é desfavorável a Portugal, mas em 2007 inverteu-se o sinal da contribuição líquida das remessas, devido às transferências de portugueses que trabalham em Angola.

O Banco de Portugal deu igualmente a conhecer que o investimento directo de Portugal nos PALOP e Timor-Leste continuou a subir no ano passado, atingindo os 628,8 milhões de euros, mais 7,6 % do que no período homólogo e 6,2 % do total investido pelos agentes económicos portugueses no estrangeiro.

Contudo, salienta, o aumento do desinvestimento (12,2 %) fez com que o saldo líquido do investimento fosse negativo em 912,8 milhões de euros.

Novamente Angola responde por 92,5% do total do investimento no período, enquanto Moçambique e Cabo Verde representaram totais bem mais modestos, de 5,1% e 1,9%, respectivamente.

Os sectores de destino do investimento foram construção (60%) e comércio (27,7%), ambos fortalecendo o seu peso em relação a anos anteriores.

Além de Angola, São Tomé e Príncipe foi o único país que registou uma variação positiva do investimento; Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste e Moçambique registaram quebras, principalmente este último país, que viu o total cair de 112,6 milhões de euros em 2007 para 31,8 milhões de euros em 2008.

O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda (TPIR), responsável pelo julgamento dos massacres no Ruanda que provocaram o genocídio de 1994, já tem sob sua tutela Ildephonse Nizeyimana, um radical hutu envolvido nos acontecimentos que estiveram na origem de 800 mil a um milhão de mortos em cem dias entre hutus e tutsis moderados e cerca de dois milhões de refugiados. Nizeyimana é acusado de genocídio, de cumplicidade em genocídio, de incitação directa e indirecta ao genocídio e de crimes contra a Humanidade. Se for condenado, a sua pena será a prisão perpétua.

Apontado como um dos principais responsáveis do genocídio no Ruanda, o capitão Ildephonse Nizeyimana conhecido como o "carneiro de Butare", foi capturado pela Interpol numa pensão de Campala, a capital do Uganda, a 6 de Outubro, dia em que completou 46 anos. Nizeyimana constava da lista dos 12 mais procurados do TPIR.

Nizeyimana tinha entrado clandestinamente no Uganda vindo da República Democrática do Congo, onde estão refugiados grande parte dos dirigentes hutus ligados aos massacres de 1994, muitos deles hoje integrados nas fileiras das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR). Este movimento foi criado no Congo Kinshasa em 2000, contando com o apoio do Presidente Joseph Kabila que utilizou a FDLR para combater os movimentos rebeldes que actuavam no seu país.

Enquanto segundo comandante de uma unidade militar da cidade de Butare, e quadro superior dos serviços de informações ruandeses, coube-lhe a organização de esquadrões da morte no exército, que participaram na chacina da população tutsi.

Um dos principais crimes de que Nizeyimana é acusado é o assassinio da rainha tutsi Rosalie Gicanda, de 80 anos, uma das personalidades mais respeitadas entre a sua etnia.

Considerado um intransigente entre os hutus, Nizeyimana é actualmente um dos dirigentes da FDLR, que combate o Governo do Presidente Paul Kagame, da Frente Patriótica do Ruanda, que conquistou Kigali em Julho de 1994, pondo fim ao genocídio.

Em Agosto, August Grégoire Ndahimana, uma das figuras mais importantes da FDLR já tinha sido capturado na República Democrática do Congo e entregue ao TPIR.



Português Língua de Trabalho da UNESCO

Os países lusófonos apresentaram em Outubro, em Paris, uma proposta para que o português passe a ser língua de trabalho da UNESCO, a organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas. A proposta foi apresentada, numa acção concertada, pelas sete delegações lusófonas à Conferência Geral da UNESCO.

Esta acção do bloco lusófono vai ao encontro daquilo que tinha ficado combinado na Cimeira da Praia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesta Cimeira, ficou decidido dar um novo impulso à língua portuguesa, quer dentro do espaço da CPLP quer fora. Esta decisão implicou a reforma profunda do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, o qual estava praticamente parado. Por outro, os Estados membros da CPLP comprometeram-se a promover o uso do português nos diversas instituições internacionais às quais pertencem.

A proposta do bloco lusófono foi discutida e aprovada, numa reunião em que participaram o chefe da missão de Portugal na UNESCO, Manuel Maria Carrilho, o embaixador do Brasil na organização, Sousa Gomes, e os diplomatas que representam os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa.

Um dos principais argumentos utilizados para defender esta proposta, foi o facto da língua portuguesa ser, hoje em dia, falada por mais de 250 milhões de pessoas. Por outro lado, a proposta destaca também o facto do português já ser língua de trabalho na União Africana, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e nas cúpulas Ibero-Americanas.

A proposta conjunta dos sete países fez um apelo à nova Diretora-Geral da UNESCO, a diplomata búlgara Irina Bukova, a qual já tinha afirmado ser uma grande admiradora da língua de Camões e de Jorge Amado.

Além do contexto ter sido favorável dentro da UNESCO à proposta do bloco lusófono, o facto de existirem condições financeiras favoráveis para viabilizar a proposta, ajudará à sua aprovação. O custo da adopção do português como língua de trabalho na UNESCO está avaliado em 5 milhões de USD, tendo o Brasil manifestado a sua disponibilidade para custear os dois primeiros anos.

A vontade política do Brasil em apoiar este projecto é a grande diferença em relação a uma ideia semelhante, que foi discutida entre Portugal e Brasil em 1997 mas que não chegou a avançar por falta de enquadramento orçamental.

Congo quer Alugar um Terço do País

O Governo do Congo Brazzaville ofereceu 10 milhões de hectares das suas terras cultiváveis, ou seja um terço do país, a investidores internacionais. O Congo e uma associação da África do Sul, a Agri SA, chegaram a um acordo sobre parte deste lote. A Agri SA representa mais de 70 mil agricultores e empresas sul-africanas. Pelo acordo, os agricultores sul-africanos terão acesso às terras cultiváveis congolêsas por períodos que podem ir até 90 anos. Em troca, o governo congolês espera obter cruciais entradas de capital para atrair investimentos em infra-estrutura. Os lotes em oferta ficam em várias regiões do país.

Nos últimos anos, as nações ricas passaram a adquirir mais terras em países africanos, sobretudo após a crise alimentar de 2007. Este tipo de pactos tem sido alvo de grande polémica, uma vez que nem sempre os interesses das populações locais são tidos em atenção.

Um outro país que tem estado muito interessado em promover a produção agrícola africana é o Japão. Este interesse japonês foi bem visível durante a realização da Cimeira do TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África) que se realizou em 2008.

As negociações sobre as terras começaram em Março. O Congo deseja reduzir sua dependência do petróleo - é o quinto maior produtor do óleo na África.

Na agricultura do país predomina a batata, mas a intenção dos líderes locais é diversificar, desenvolvendo a cana-de-açúcar, a soja, o milho, e também a pecuária. Já a África do Sul tem um dos sectores agrícolas mais desenvolvidos do Continente e busca mais terras para cultivo.

A Agri SA informou que cerca de 2,000 agricultores sul-africanos já confirmaram o seu interesse em participar neste projecto. Esta situação é de uma extrema importância para África do Sul, onde a posse da terra ainda está maioritariamente na mão de agricultores brancos.

Depois de vários adiamentos e de tentativas fracassadas, o governo de Pretória pretende avançar em definitivo com o processo de reforma da terra. Durante as negociações que conduziram o país às primeiras eleições multipartidárias em 1994, a questão da terra não foi mexida. A ideia era que, sendo um assunto muito delicado e potencial bloqueador do acordo final, seria preferível aborda-lo gradualmente após as eleições.

Após a vitória eleitoral do African National Congress (ANC) e de Néelson Mandela, o governo sul-africano tentou encontrar modalidades de redistribuição da terra que agradassem a todos, o que não foi possível.



XIII Feira Internacional de Cabo Verde

Também o Presidente Thabo Mbeki fracassou nas suas tentativas. Face à falta de resultados e à impaciência da população negra, o actual Presidente sul-africano, Jacob Zuma, prometeu avançar em força para esta redistribuição. Face a estas promessas, muitos agricultores sul-africanos brancos temem que se possa repetir no país, os acontecimentos registados durante a reforma agrária no Zimbabué. Perante isto, soluções como as apresentadas pela Agri S.A., recolhem muitos apoios.

Para além da África do Sul, outros quinze países já fizeram propostas, entre eles Líbia, República Democrática do Congo, Angola, Quênia, Zâmbia, Suazilândia e Moçambique, afirmou Gert Rall, mediador entre a Agri SA e o governo congolês. Na opinião dele, as aquisições de terras no continente pela associação estão apenas no seu início. O Governo congolês informou que acordos similares já haviam sido assinados com a China, Brasil e Israel.

Eleições Marcadas São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, o Governo, Assembleia Nacional e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) chegaram a acordo quanto à data das eleições legislativas, as quais ficaram marcadas para o dia 4 de Abril de 2010. O governo diz que já tem meios financeiros e outras condições materiais necessárias para a realização do escrutínio, tendo comunicado já esse facto à Assembleia Nacional e à CNE.

A CNE já avançou com um cronograma para a realização do recenseamento eleitoral de raiz, que deverá durar cinco meses. O presidente da Comissão da Reforma da Lei Eleitoral, o deputado Evaristo de Carvalho, concordou com a data de 4 de Abril, mas defendeu a alteração dos prazos fixados pela legislação que estabelece o mês de Março como data para as eleições e 14 de Abril para a tomada de posse dos novos órgãos eleitos.

Para que a data apresentada seja respeitada é necessário que trabalhos de recenseamento se iniciem imediatamente, de maneira a que todo o acto de recenseamento termine atempadamente.

O governo santomense não se pronunciou sobre as eleições autárquicas e regionais, cujo prazo para a sua realização já expirou, não tendo também dado indicações sobre se essas eleições decorrerão em simultâneo com as legislativas.

Realizou-se entre os dias 19 e 22 de Novembro de 2009 a XIII Feira Internacional de Cabo Verde (FIC). A FIC é uma feira multi-sectorial anual que constitui o maior evento comercial com dimensão internacional em Cabo Verde. Ao realizar este tipo de eventos, o objectivo do governo cabo-verdiano é o de transformar o país num centro de negócios do Atlântico Médio.

A FIC, que decorreu no Mindelo (ilha de São Vicente), foi coordenada pela Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços do Barlavento (CCIASB) que, em paralelo, organizou igualmente um debate subordinado ao tema "A Logística no Atlântico Médio". A ideia é perceber a importância e o papel de Cabo Verde face à questão logística no Atlântico Médio, com as autoridades do arquipélago a defenderem a transformação do país numa placa giratória do comércio entre três continentes - África, América e Europa.

A Feira contou com a participação de empresas de três países, Cabo Verde, Brasil e Portugal, destacando-se, entre as portuguesas, as presenças da Mota-Engil, Sumol e Teka, além de várias missões empresariais, ligadas a várias áreas de actividade, desde a banca aos seguros, da construção civil e imobiliária, passando ainda pelas bebidas e alimentação.

A AICEP Portugal Global, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, dinamizou a presença nacional na FIC - Feira Internacional de Cabo Verde 2009, assumindo a organização do Pavilhão de Portugal.

Na edição da FIC 2008, participaram cerca de 124 empresas oriundas de Portugal, Brasil, Espanha e Cabo Verde. Estiveram presentes 53 empresas portuguesas distribuídas pelos sectores da Construção Civil, Consultoria, Ambiente, Infra-estruturas, Equipamentos Industriais, Comunicações, entre outros

Portugal é o principal parceiro comercial de Cabo Verde estando em vigor o Acordo de Promoção e Protecção Recíproca dos Investimentos entre os dois países, bem como a Convenção para evitar a dupla tributação e evasão fiscal, instrumentos que favorecem e promovem uma maior estabilidade e segurança à cooperação económica bilateral.

De acordo com o Administrador da FIC, José António Lopes, um dos objectivos da feira foi o de recolher propostas de medidas alternativas nos vários domínios da logística, capazes de melhorar substancialmente o comércio exterior e, em particular, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O objectivo das autoridades cabo-verdianas é o de explorar as mais variadas oportunidades que derivam do sector marítimo e portuário, numa altura em que o processo de privatização dos serviços portuários de Cabo Verde começa a dar os primeiros sinais.



Relatório da ONUSIDA 2009

Um novo relatório da ONUSIDA⁵ sugere que o número de novas infecções por HIV diminuiu cerca de 17% nos últimos oito anos. Apesar desta diminuição, a região da África sub-sahariana continua a ser a região mais afectada por esta doença, representando 67% do total de pessoas que vivem com esta doença e 72% das mortes relacionadas com o HIV em 2008 registaram-se nesta área do mundo.

No contexto da África Subsaariana, a região mais afectada é a África Austral, com todos os países a registarem uma taxa de prevalência do vírus na população adulta superior a 10%. A Suazilândia, com uma taxa de contaminação de 26% da sua população adulta, é o país do mundo com maior taxa de contaminação. Segue-se o Botsuana com uma taxa de 24% e o Lesoto com 23,2%. A África do Sul é o país do mundo com maior número de infectados, 5.7

milhões de pessoas.

Apesar deste cenário pouco optimista, a região da África Austral também tem casos de sucesso no combate á doença, como é o caso do Zimbabué, onde a taxa de contaminação tem vindo a descer desde meados dos anos 90.

O Relatório da ONUSIDA afirma que, embora África continue a ser o continente mais afectado por esta doença, é também nesta zona do globo que se têm registado os maiores progressos, onde o número de novos infectados em 2008 foi cerca de 400 mil inferior ao registado em 2001. Mas o relatório sugere que a face da epidemia está a mudar e que os esforços preventivos não conseguem acompanhar essa mudança.

A Situação do HIV na África Subsaariana em 2008

Adultos e Crianças portadoras do HIV	Novas Infecções em Adultos e Crianças	Prevalência do Vírus em Adultos	Mortes em Adultos e Crianças provocadas pelo vírus HIV
22.4 Milhões	1.9 Milhões	5.2%	1.4 Milhões

Fonte: UNAIDS & WHO 2009

Angola vai Organizar Conferência Regional da FAO

Após a Cimeira Mundial da FAO sobre a Segurança Alimentar, que se realizou em Novembro de 2009 em Roma, o Primeiro-Ministro angolano, Paulo Kassoma, anunciou que Angola vai organizar a próxima conferência regional africana da Organização para a

Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) a ter lugar em Maio de 2010.

Esta decisão do governo angolano coincidiu com a divulgação pelas autoridades angolanas que o combate à fome à pobreza continuará a ser uma prioridade do governo de Luanda. Nesse sentido, foi apresentada em Roma, a estratégia do Governo angolano para combater a pobreza e a fome até 2014 em Roma. Esta Estratégia aposta no desenvolvimento sustentável do sector agrícola no país como base para o crescimento económico.

⁵ UNAIDS & WHO: AIDS Epidemic Update 2009.
http://data.unaids.org/pub/Report/2009/2009_epidemic_update_en.pdf



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191- 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05